

13 DEZ 2016

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Decisão sobre redução do Órgão Especial do TJ-PR fica para 2017

Desembargadores decidiram adiar o debate sobre a possibilidade de redução na estrutura responsável por algumas das decisões mais importantes do Judiciário paranaense

Katia Brembatti

Estava marcada para a tarde de ontem a votação da proposta que reduziria o número de integrantes do Órgão Especial — estrutura do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) responsável por algumas das decisões mais importantes do Judiciário paranaense. Contudo, os desembargadores decidiram adiar a discussão, que só deve ser retomada na pauta em 2017. Ainda não está definido quando o tema será rediscutido. O presidente do Tribunal, Paulo Vasconcelos, pretende conversar com Renato Braga Bettega, que toma posse na presidência do TJ no dia 1.º de fevereiro. Vasconcelos avalia a possibilidade de convocar uma sessão extraordinária para janeiro, mas disse que só vai decidir depois de consultar o presidente eleito.

O Órgão Especial é composto, atualmente, por 25 integrantes. Graças a uma mudança na Constituição Estadual, o número de membros pode ser reduzido até para 11. Entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), já se manifestaram contrárias à diminuição. O receio é de que decisões muito estratégicas e relevantes, como autorização de abertura de denúncia criminal contra deputados e secretários estaduais, sejam tomadas por um grupo reduzido de pessoas.

DISTRIBUIÇÃO DE FORÇAS

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça é um colegiado de desembargadores encarregado de algumas das mais importantes decisões do Judiciário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

É a 2ª instância do Judiciário paranaense. A 1ª instância está espalhada por comarcas e fóruns por todo o Paraná. Dentro do TJ-PR, o "local" do julgamento depende muito do tipo de processo:

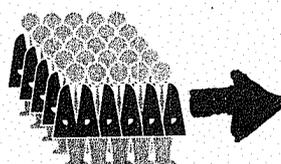
Pleno	Órgão Especial	Câmaras temáticas	Decisões monocráticas
OS 120 DESEMBARGADORES QUE COMPÕEM O TJ	25 DESEMBARGADORES	5 DESEMBARGADORES CADA	1 DESEMBARGADOR

Órgão Especial

25 desembargadores

Reúne-se para decidir questões administrativas e julgar processos específicos. É responsável por algumas das decisões mais importantes do Judiciário, como permitir abertura de processos contra secretários estaduais e deputados, além do julgamento dos casos.

Hoje



25 magistrados

Nova lei



11 até... 25 magistrados

Estrutura

Do total de magistrados do conselho:

3 {

- Presidente
- 1º Vice-presidente
- Corregedor-geral

+

50%
por tempo de serviço
(critério de antiguidade)



50%
por eleição

13 DEZ 2016

GAZETA DO POVO

● JUSTIÇA

Como funciona o programa de proteção à testemunha

Ao entrar no Provita, a pessoa protegida é enviada para outra cidade e, às vezes, para outro estado

Marcos Xavier Vicente

● Ser uma testemunha protegida no Brasil é bem diferente do que nos Estados Unidos. Enquanto lá todos os protegidos ganham uma nova identidade, aqui isso é raro. “O programa basicamente tem dois propósitos. Primeiro, tirar a pessoa de onde está para salvá-la. Segundo, reproduzir condições para que ela seja introduzida à realidade do ambiente onde foi viver. É uma inserção social”, explica o promotor de Justiça Leonir Batisti, presidente do Conselho do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita) no Paraná.

Dezessete estados participam do Provita. O programa é feito por convênio, com metade dos custos bancado pelo governo federal, através do Ministério da Justiça, e a outra metade sendo bancada por cada governo estadual. No Paraná, o valor anual do programa é de R\$ 1,5 milhão para custear a proteção de 35 pessoas e suas respectivas famílias.

RS 1,5 MILHÃO

É o valor anual para custear as 35 testemunhas (com suas famílias) do Provita. Esse montante paga aluguel, água, luz, comida e auxílio médico.

Para ter direito à proteção, a testemunha precisa prestar “efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal”.

A escolha do local de destino, explica Batisti, é feita conforme o estilo de vida da testemunha. “Se a pessoa vive em uma cidade pequena, não adianta mandar para uma cidade grande porque não vai se adaptar”, diz.

Ao contrário do que se imagina, a testemunha não fica sob a guarda constante de policiais no novo endereço. Basicamente, o conselho determina a cidade para onde ela vai conforme análise do risco da ameaça — quanto maior o risco, para mais longe vai a testemunha.

Policiais são enviados para acompanhar as testemunhas só quando alguma nova ameaça é detectada ou quando a testemunha se desloca para prestar depoimento.

Dessa maneira, discrição é essencial. O protegido não pode ter contato com amigos e parentes, nem dizer a ninguém que está sob proteção. O uso de telefone e celular também é restrito.

Com tantas restrições, muitas pessoas que ingressam no Provita deixam o programa voluntariamente antes do fim do prazo previsto para a proteção.

sínteses REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Reforma ou remendo previdenciário?

Bernardo Santoro

A reforma da Previdência se tornou um dos temas mais importantes na atual pauta política brasileira, especialmente em virtude das consequências práticas que a sua aprovação traria na redução de benefícios ou demora na sua obtenção pelo beneficiário, bem como os impactos gerados nas contas públicas, depauperadas por anos de ganância desenfreada promovida pelo perdulário governo do PT.

A principal crítica a ser feita nessa reforma da Previdência é que ela não ataca o cerne do problema: o sistema previdenciário brasileiro é baseado em repartição, não em capitalização. O sistema de repartição é um pacto intergeracional em que os jovens bancam as aposentadorias dos idosos de hoje, esperando que no futuro sejam bancados pelos jovens de amanhã. Em um cenário demográfico no qual cada vez nascem menos brasileiros, que ao mesmo tempo vivem mais, resta evidente que não haverá trabalhadores ativos no futuro para sustentar esse sistema.

O resultado prático dessa reforma — que parece mais um remendo — é a bizarra ideia de o trabalhador brasileiro precisar trabalhar por 49 anos para obter a aposentadoria integral de contribuição, em um teto que já é baixo e que se desvalorizará paulatinamente ao longo da velhice.

No entanto, pouco se fala que, dos cerca de R\$ 90 bilhões de déficit anual do sistema, apenas R\$ 15 bilhões são referentes ao RGPS, regime dos trabalhadores da iniciativa privada; quanto ao verdadeiro grosso do déficit — o regime próprio do servidor público, em especial o dos agentes políticos, jurídicos e militares —, pouco será feito, mostrando mais uma vez que os trabalhadores e empresários do Brasil sem-

pre pagam a conta final.

Enquanto os verdadeiros problemas não são enfrentados, observa-se o inócuo debate entre centrais sindicais e o governo sobre a insustentável tese da “previdência superavitária”, que não faz sentido por confundir Previdência Social e Seguridade Social, esta última mais abrangente e, ironia das ironias, provavelmente também deficitária em 2017.

Uma reforma verdadeiramente sustentável seria inspirada no caso chileno, que usa o chamado regime de capitalização, em que as contribuições do trabalhador seriam destinadas a um fundo de poupança, e o fruto do seu trabalho ao longo de 30 anos de contribuição seria o seu amparo na velhice. Certamente essa conta deveria ser disputada por instituições financeiras em regime de concorrência, tal como no Chile, sob pena de estarmos criando um novo FGTS, que paga menos que uma caderneta de poupança e é usado para fins políticos.

Esse sistema, além de solvente, gera aumento da poupança nacional, incrementa a disponibilidade de crédito para novos negócios, reduz taxa de juros e inflação, além de ocasionar investimento em educação e processos tecnológicos, gerando, ao fim, aumento da produtividade e real crescimento sustentável, exatamente o oposto do atual sistema previdenciário, absorvente de poupança e gerador de inflação e corrupção. Mas é pouco provável que o governo promova uma reforma que reduz poder e recursos de seus cofres.

Se estamos destinados a não mais nos aposentarmos, tudo o que a minha jovem geração quer é ter a oportunidade de nos livrarmos desse sistema ultrapassado e poder juntar algum recurso para uma velhice minimamente digna. Será que nos darão essa chance?

CONTINUA

“Uma reforma verdadeiramente sustentável seria inspirada no caso chileno, que usa o chamado regime de capitalização”

Bernardo Santoro é professor de Economia e Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O ajuste duro, mas necessário

Lucas Lautert Dezordi

A economia brasileira iniciou seu processo de recessão no fim de 2014. A indústria de transformação e a construção civil foram os primeiros grandes setores a registrarem esses impactos negativos, reduzindo sua produção física, nível de investimentos e emprego. Logo em seguida, as vendas no varejo desaceleraram, levando o comércio e os serviços a replicarem a dinâmica recessiva observada pela indústria. O ambiente recessivo generalizado está produzindo um cenário forte de pessimismo, o qual prejudica a concessão do crédito e a recuperação do consumo e do investimento privado. Esse cenário só poderá ser revertido com uma queda consistente da taxa de juros. Em 2017, teremos uma oportunidade concreta para restabelecer a confiança no futuro da economia, caso ocorra um forte ajuste das contas públicas, em especial da Previdência Social.

A Previdência acumula déficits crescentes. Em 2016, espera-se um rombo de R\$ 150 bilhões no INSS — o equivalente a 2,3% do PIB. É preciso estacar essa sangria, aprovando a reforma. Sabemos que a proposta de emenda constitucional que muda as regras da aposentadoria apresenta vários pontos polêmicos, os quais poderão ser negociados e alterados. Entretanto, destaco dois pilares essenciais que devem ser resguardados para melhorar o equilíbrio previdenciário.

Primeiro, não há como sustentar o sistema com aposentadorias aos 50 anos de idade. O aumento da expectativa de vida e a redução da fecundidade das famílias brasileiras demandam naturalmente ajustes nas regras previdenciárias. Defendo, com isso, que a proposta de tempo mínimo de 65 anos para a aposentadoria seja mantida — inclusive para o funcionalismo público. É oportuno desatacar que,

“O ajuste da Previdência é duro para o trabalhador brasileiro, mas necessário para sua manutenção”

durante o início da década de 1990, as famílias brasileiras tinham em média 2,9 filhos, reduzindo para 1,9 filhos em 2010. A expectativa de vida da população brasileira para ambos os sexos passou de 45,5 anos em 1940 para 75,5 anos em 2015. Para reajustar a receita da Previdência à sua despesa, o período de contribuição deverá impreterivelmente subir.

Os estados devem ampliar sua capacidade de poupança para alimentarem a previdência dos funcionários públicos. É importante que a proposta aprovada mantenha a exigência legal de os estados criarem fundos de previdência complementar para novos servidores e fixar o teto do INSS como limite para os benefícios de seus aposentados. Vedação de acúmulo de aposentadoria com pensão por morte, por qualquer beneficiário, também deve ser mantida.

Sabemos que o ajuste da Previdência é duro para o trabalhador brasileiro, mas necessário para sua manutenção. Se nada for feito, em poucos anos o déficit da previdência ficará insustentável, exigindo com isso a necessidade de financiamento via emissão monetária e a volta da hiperinflação dos anos 1980. Ai, corremos o risco de virar uma Venezuela.

O ajuste de longo prazo nas contas públicas irá contribuir de forma significativa para uma estabilidade da dívida pública. Neste cenário, o Banco Central terá muito mais espaço para reduzir de forma consistente a taxa de juros básica da economia — tanto a nominal como a real —, estimular o consumo das famílias no varejo e retomar os investimentos na produção industrial.

Lucas Lautert Dezordi, doutor em Economia, é professor titular da Universidade Positivo e sócio da Valuup Consultoria.

13 DEZ 2016

GAZETA DO POVO

“Delação-bomba” é só um aperitivo

Depoimento revelado pela imprensa envolve um único executivo da Odebrecht, que citou 48 políticos. Há mais 76 que devem nomear até 200 políticos

*Kelli Kadanus e
Fernando Martins*

● Com a citação de 48 políticos em sua delação premiada, muitos do altíssimo escalão da República, o ex-vice-presidente de relações institucionais da empreiteira Odebrecht Claudio Melo Filho abalou Brasília neste fim de semana. Mas ele é apenas um dos 77 executivos da empresa que firmaram acordo de colaboração com a força-tarefa da Lava Jato — o que abre a perspectiva de um potencial ainda mais explosivo da chamada “delação do fim do mundo”.

O horizonte de “terra arrasada” na política nacional se desenha por vários fatores. Os outros 76 executivos da empresa teriam muito mais a falar — o que inclui o fundador da empreiteira, Emílio Odebrecht, e o ex-presidente da construtora Marcelo Odebrecht, preso em Curitiba e condenado a 19 anos de prisão pelo juiz Sergio Moro.

Além disso, as acusações de Melo Filho se concentraram no financiamento de campanhas, legal e ilegal, para facilitar os negócios da empresa. E ele citou “apenas” 48

nomes. O presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Barbosa Silva Junior, outro delator, tinha em mãos uma planilha que mostra doações da empresa a cerca de 200 políticos de 24 partidos — incluindo congressistas, ministros, governadores, prefeitos, entre outros. Segundo um dos procuradores da força-tarefa em Curitiba, a rede de corrupção entregue nas delações vai chegar inclusive aos governos estaduais e municipais, gerando diversos “filhotes” da Lava Jato pelo país.

O chamado de listão da Odebrecht foi apreendido em março deste ano. Silva Junior deve ajudar a esclarecer quais políticos da lista receberam dinheiro irregular de campanha. Na campanha eleitoral de 2014, a empreiteira doou R\$ 46 milhões para 15 partidos políticos, e as delações podem expor doações legais disfarçadas para pagamentos de propina.

Desvios de dinheiro

Além disso, outra vertente das delações vai envolver o desvio de dinheiro público em obras federais, estaduais e eventualmente até municipais. Por enquanto, o foco da Lava Jato foi a atuação da Odebrecht em contratos irregulares envolvendo a Petrobras. Mas, além do setor de petróleo, a empresa tem atuação em várias outras áreas que já são alvo de suspeitas mas que ainda não tiveram investigações aprofundadas pela Lava Jato: aeroportos, portos, rodovias,

ferrovias, setor elétrico, transporte coletivo (metrô), estaleiro, defesa nacional, estádios, entre outros — veja infográfico.

As delações também devem atingir em cheio o BNDES e o FI-FGTS, duas fontes de financiamento federal das obras da empreiteira. E, de quebra, implicar uma série de governos de outros países no esquema de corrupção, pois a empresa tem obras em 17 nações estrangeiras — várias delas financiadas pelo BNDES.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 13 DEZ 2016

LISTA CONTINUAÇÃO

Ao todo, 77 executivos da Odebrecht firmaram acordos de delação premiada com a Justiça.

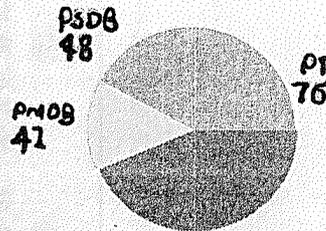
200 políticos

constam em documentos de doações eleitorais apreendidos com um funcionário da Odebrecht:

Cargos

Dep. federal	53
Prefeito	48
Vereador	33
Dep. estadual	23
Senador	16
Secretário	10
Governador	8
Ministro	7
Conselheiro TC	1

Partidos



Estados

São Paulo	57
Rio G. do Sul	47
Rio de Janeiro	43
Bahia	37
Alagoas	19
Pernambuco	18
Minas Gerais	14
Paraná	10
Outros	51

DEMAIS PARTIDOS

PP	22
PSB	17
DEM	16
PDT	11
PSD	11
PCdoB	9
PV	9
Outros	30

(PPS, PR, PRB, PSC, PTB, PTN, SD, PMN, PPL, PSL, Psol, PTC, PTdoB, Rede)

Onde a Odebrecht atua

- Ramificações na economia
- Setor do petróleo e petroquímico
- Aeroportos
- Portos
- Estaleiros
- Rodovias
- Metrô
- Ferrovias
- Setor elétrico
- Saneamento
- Agronegócio
- Defesa
- Obras nas Olimpíada
- Obras na Copa do Mundo
- FI-FGTS
- BNDES
- Setor imobiliário
- Atuação no exterior

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

QUEM MAIS VAI FALAR

O responsável pela Odebrecht Energia, Henrique Valladares, também deve ser ouvido pelos investigadores da Lava Jato. Segundo o executivo Claudio Melo Filho, Valladares tinha um relacionamento próximo ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e pode esclarecer pagamentos feitos ao ex-presidente da Câmara.

OUTROS EXECUTIVOS

Melo Filho citou no acordo de colaboração premiada o nome de outros executivos da Odebrecht, que segundo ele, mantinham uma agenda própria no Congresso. São pelo menos 11 executivos de nove braços da empreiteira. Segundo Melo Filho, todas as empresas possuem uma "equipe técnica dedicada a relações governamentais para assuntos em Brasília e nos estados".

13 DEZ 2016

GAZETA DO POVO

Temer envia carta a Janot em que fala de “supostas” delações

O presidente Michel Temer enviou uma carta ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para pedir celeridade nas investigações em andamento e também que as colaborações premiadas “por ventura existentes sejam, o quanto antes, finalizadas, remetidas ao Juízo competente para análise e eventual homologação e divulgação por completo”. “Com isso, a eventual responsabilidade criminal dos investigados será logo aferida”, escreve o presidente. A iniciativa de Temer ocorre após ter o seu nome, e da cúpula do PMDB, citado na delação do ex-executivo da Odebrecht Cláudio Melo Filho. A estratégia do governo é questionar a legalidade da divulgação, o que, para deles, poderia comprometer a delação. O escalado, inicialmente, para fazer as críticas ao vazamento seria o senador Romero Jucá (PMDB-RR), mas após diversas reuniões o presidente decidiu tomar iniciativa e assinar o documento à PGR junto com a Advogada-Geral da União, Grace Mendonça. No sábado (10), Janot informou que iria solicitar uma investigação para apurar o vazamento de anexo de delação da Odebrecht. Na carta, Temer atribui a necessidade da celeridade às investigações “a sérias crises econômica e política” que o país atravessa, destaca ações do governo para a retomada do crescimento e diz que o requerimento pela celeridade tem por objetivo ajudar o País.

“A condução dessas e de outras políticas públicas a cargo da União vem sofrendo interferência pela ilegítima divulgação de supostas colaborações premiadas e investigações criminais conduzidas pelo Ministério Público Federal, quando ainda não completado e homologado”, escreve o presidente. Temer diz ainda que o vazamento das delações gera um clima de “desconfiança, incerteza” obstruindo ações do governo.

“A condução dessas e de outras políticas públicas a cargo da União vem sofrendo interferência pela ilegítima divulgação de supostas colaborações premiadas.”

Michel Temer, presidente do Brasil.

Câmara pede que STF decida sobre comissão de impeachment do presidente

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pediu ao ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que o plenário da Corte decida sobre a tramitação do processo de impeachment do presidente Michel Temer (PMDB). O caso só deverá ser analisado no ano que vem — a última sessão plenária do STF deste ano está marcada para a próxima segunda-feira (19). Cabe à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, definir a pauta das sessões.

Demora

Na semana passada, Marco Aurélio cobrou explicações da Câmara sobre a demora na instalação da comissão sobre o tema. Em abril, o ministro havia ordenado ao então presidente da Casa, deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a criação de um colegiado para analisar o pedido de impedimento de Temer, que ocupava a vice-presidência na época. Cunha chamou a decisão de Marco Aurélio de “absurda”. Oito meses depois, apenas 16 dos 66 membros titulares foram sugeridos pelas legendas e a comissão ainda não foi instalada. Segundo Maia, não cabe ao presidente da Câmara indicar membros da comissão no lugar dos líderes.

13 DEZ 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



13 DEZ 2016

GAZETA DO POVO

"O senhor respeite o juízo!", ordena Moro a advogado de Lula

● O juiz federal Sergio Moro, da Operação Lava Jato, irritou-se ontem durante audiência do processo penal contra o ex-presidente Lula por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do apartamento triplex do Guarujá.

Durante o depoimento de Mariuza Aparecida Marques, funcionária da empreiteira OAS encarregada pela supervisão do prédio do Guarujá, o magistrado e um dos defensores de Lula, advogado Juarez Cirino dos Santos, entraram em atrito. Aos berros, Moro mandou que o advogado o respeitasse.

Cirino havia dito que o juiz atua como "acusador principal". O bate boca ocorreu aos 13 minutos, aproximadamente, da audiência.

O procurador da República insistiu na pergunta a Mariuza sobre uma visita da mulher do ex-presidente, Marisa — também ré no processo —, ao imóvel do Condomínio Solaris, no litoral paulista.

CELSO NASCIMENTO

"SINTOMÁTICO"

Novo advogado passa a atuar na defesa de Eduardo Lopes, o dono da construtora Valor e principal acusado no esquema de desvio de verbas da educação desvendado pela Operação Quadro Negro. Deixa a causa o advogado Roberto Brzezinski e entra em campo o colega Glaucio Pereira. Quem acompanha o assunto diz que esta troca, nos instantes finais da ação que corre na primeira instância, é "sintomática".

Moro recebe nova denúncia contra André Vargas

● O juiz Sergio Moro recebeu denúncia apresentada pela força-tarefa da Lava Jato contra o ex-deputado federal André Vargas e outras três pessoas por lavagem de dinheiro. De acordo com a denúncia, Vargas recebeu R\$ 2,3 milhões provenientes de um contrato de consultoria assinado entre a Caixa Econômica Federal e a empresa IT7 Sistemas. A parceria teria sido firmada graças à influência do então deputado federal pelo PT na empresa.

REINALDO BESSA

Enquanto isso fora da sala de justiça

Enquanto o país assiste à grave crise institucional entre os poderes Legislativo e Judiciário, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, assistiu no camarote da presidência do Atlético Paranaense a classificação do time à Copa Libertadores da América diante do Flamengo, no último domingo, na Arena da Baixada. Estava acompanhado do presidente do TRE, desembargador Luiz Fernando Keppen, e do advogado do clube, Luiz Fernando Pereira. Depois, foram jantar na Trattoria Porcini, no Batel. Ontem, os amigos o levaram para jantar no Madero original. À tarde, Toffoli recebeu homenagem do TRE-PR.

13 DEZ 2016

FOLHA DE S. PAULO

Pela 1ª vez, Janot denuncia Renan em ação da Lava Jato

Presidente do Senado é acusado de corrupção ativa e lavagem de dinheiro

Caso se refere a suposta propina de empreiteira Serveng; deputado Aníbal Gomes também foi denunciado

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou nesta segunda-feira (12) o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) em uma investigação da Operação Lava Jato.

Eles são acusados pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Janot pediu ainda ao STF (Supremo Tribunal Federal) a perda de mandato dos parlamentares.

Esta é a primeira denúncia contra Renan na Lava Jato. Ele é investigado em outros sete inquéritos na operação, além de de um na Operação Zelotes, um sobre a usina de Belo Monte e outro sobre movimentações suspeitas no valor de R\$ 5,7 milhões em suas contas bancárias.

No começo do mês, Renan virou réu por peculato, em ação que envolve pagamento de pensão a uma filha com a jornalista Mônica Veloso.

Aníbal Gomes, aliado de Renan, já é réu na Lava Jato

em outra ação também acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

Além dos parlamentares, Janot denunciou Paulo Twiaschor, diretor comercial da empreiteira Serveng, sob acusação de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

Além da perda das funções públicas dos parlamentares, a PGR pediu reparação de danos no valor de R\$ 1,6 milhão.

De acordo com a denúncia, Renan recebeu R\$ 800 mil em propina em 2010 da Serveng. O montante teria sido intermediado por Aníbal Gomes em troca de facilitar contrato da Serveng com a Petrobras.

Os investigadores apontam um esquema de lavagem de dinheiro da Serveng mediante operações fracionadas e doações eleitorais: os valores saíram do diretório nacional do PMDB para o comitê financeiro do PMDB em Alagoas e então para a campanha de Renan ao Senado em 2010.

“Com efeito, a empresa pagou a vantagem indevida por meio de duas doações oficiais (propina disfarçada) destinadas a Renan Calheiros, transferidas, ao final, para sua campanha senatorial pelo Estado de Alagoas em 2010”, diz trecho da denúncia de Janot.

Para a PGR, “o interesse da empreiteira era participar de licitações mais vultosas na Petrobras, o que foi viabilizado a partir do começo de 2010”.

Naquele ano, Twiaschor fez doações ao diretório nacional do PMDB.

Os valores fariam parte das tratativas relativas ao esquema: R\$ 500 mil em 18/8/2010 e R\$ 300 mil em 24/9/2010, segundo a Lava Jato.

Em troca, os parlamentares ofereceram apoio político para manter Paulo Roberto Costa, delator da Lava Jato, no cargo de diretor de Abastecimento da Petrobras. Costa teria interferido para a Serveng participar de grandes licitações na Petrobras.

Segundo a PGR, “os R\$ 800 mil em propina entregues pela Serveng constituem aproximadamente o relevante percentual de 14,81% do total de receitas declaradas pela campanha de Renan”, de R\$ 5.401.108,37.

CONTINUA

13 DEZ 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

CAMINHO DO DINHEIRO

A denúncia cita o presidente Michel Temer e o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), cotado para substituir Renan na Presidência do Senado.

Temer era o responsável pelo diretório nacional do partido, por onde passou o dinheiro, e Eunício Oliveira, o tesoureiro.

A PGR conclui que o ciclo do dinheiro foi fechado em doze dias úteis —da Serveng ao diretório nacional do PMDB e em seguida a Renan — “como forma de pagamento de vantagem indevida a partir do ajuste prévio”.

Os investigadores traçaram o mesmo caminho do dinheiro para a segunda doação, de R\$ 300 mil.

Na semana passada, Renan conseguiu evitar a perda do comando do Senado, ao entrar com recurso no Supremo contra a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, que o afastou do cargo.

O QUE HÁ CONTRA RENAN

Presidente do Senado é alvo de denúncia no STF



ACUSADO

Em 1º.dez, o STF tornou Renan réu por peculato, em caso sobre pagamento de pensão



DENUNCIADO

Em 12.dez, o MPF o denunciou por lavagem de dinheiro e corrupção passiva



INVESTIGADO

O peemedebista é alvo de outros 10 inquéritos, sendo 7 na Lava Jato

NA LAVA JATO

- 1** Mar.2015 - Investiga se Renan e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) receberam **propina do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras**, Paulo Roberto Costa, para mantê-lo no cargo
 - 2** Jun.2015 - Investiga se Renan foi um dos **beneficiários de esquema de propina na usina de Angra 3**
 - 3** Nov.2015 - Apura se Renan, Jader Barbalho e Delcídio do Amaral **receberam US\$ 5 milhões para manter Nestor Cerveró** na Diretoria Internacional da Petrobras
 - 4** Nov.2015 - Investiga crimes de **lavagem de dinheiro e corrupção passiva**. Suspeita-se que Renan, Aníbal Gomes e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) receberam propina em esquema da Petrobras
 - 5** Mar.2016 - Apura suspeitas de **corrupção passiva e lavagem de dinheiro**. Funcionário do doleiro Alberto Youssef, o também delator Carlos Alexandre de Souza Rocha, o “Ceará”, disse ter transportado dinheiro destinado a Renan
 - 6** Mar.2016 - Investiga se Renan e Aníbal Gomes cometeram **lavagem de dinheiro e corrupção passiva**, sob suspeitas de receberem propina em contratos da Transpetro, subsidiária da Petrobras
 - 7** Out.2016 - Apura se **Renan e outras oito pessoas ligadas ao PMDB têm participação em organização criminosa** que desviou dinheiro da Petrobras
- #### OUTRAS INVESTIGAÇÕES
- 8** Fev.2016 - Investiga **movimentação suspeita nas contas de Renan**. Deriva da investigação de pagamentos à jornalista Mônica Veloso
 - 9** Mar.2016 - Investiga se Renan foi **beneficiado em esquema de propina no Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). O relator é Ricardo Lewandowski
 - 10** Jun.2016 - Apura se Renan, entre outros políticos, **recebeu dinheiro desviado da obra de Belo Monte**

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CONTROLABO4

13 DEZ 2016

Senador diz que não autorizou ninguém a falar em seu nome

A assessoria de imprensa da Presidência do Senado informou, em nota, que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) jamais autorizou ou consentiu que o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) ou qualquer outra pessoa falasse em seu nome em qualquer circunstância.

“O senador reitera que suas contas eleitorais já foram aprovadas e está tranquilo para esclarecer esse e outros pontos da investigação.”

Também em nota, a empreiteira Serveng Civilsan informou que não teve ainda acesso ao conteúdo da denúncia da Procuradoria Geral da República e que recebeu “com surpresa e indignação as notícias dando conta que um de seus funcionários foi também denunciado”.

A PGR denunciou o diretor comercial da companhia, Paulo Twiaschor.

A empreiteira informou ainda que, ao longo de toda a investigação, esteve à disposição das autoridades, tendo inclusive prestado “detalhado depoimento”.

“A alegação de que a Serveng Civilsan fez doações eleitorais com o fim de ‘participar de licitações mais vultosas na Petrobras’ não faz qualquer sentido e sua inveracidade será provada na primeira oportunidade que nossa defesa tiver para se manifestar nos autos.” Gomes não se manifestou.

13 DEZ 2016

FOLHA DE S. PAULO

Citado em delação, Temer diz que o vazamento é 'ilegítimo'

Presidente critica divulgação de depoimento
de executivo da Odebrecht

Em requerimento ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ele cobra também celeridade na apuração

GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

Citado 43 vezes na delação premiada de um ex-executivo da Odebrecht, o presidente Michel Temer pediu celeridade na conclusão das apurações em curso e afirmou que a lentidão em procedimentos investigatórios perturba áreas de interesse do governo.

Em requerimento enviado nesta segunda-feira (12) ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o peemedebista classificou de "ilegítima" a divulgação de delações premiadas e pediu que elas sejam "o quanto antes finalizadas" e divulgadas "por completo".

Segundo a **Folha** apurou, o texto é uma tentativa do presidente de rebater publicamente a delação premiada e de tentar deslegitimá-la diante do vazamento de seu conteúdo antes da homologação.

O envio do documento ocorre no momento em que a cúpula do Palácio do Planalto sofre um desgaste de imagem por causa da divulgação de acordo de delação premiada de Cláudio Melo Filho, ex-vice-presidente de Relações Institucionais da Odebrecht.

O conteúdo do requerimento enviado ao procurador-geral foi discutido nesta segunda pelo presidente com o assessor Moreira Franco e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Alexandre de Moraes (Justiça). Moraes se reuniu com Janot de manhã.

No início do texto, Temer afirma que o vazamento de delações pode prejudicar o andamento de iniciativas do governo na área econômica.

"A condução dessas e de outras políticas públicas a cargo da União vem sofrendo interferência pela ilegítima divulgação de supostas colaborações premiadas em investigações criminais conduzidas pelo Ministério Público Federal quando ainda não completado e homologado o procedimento de delação", escreveu.

No documento, o peemedebista lembra que o procurador-geral, "em situação análoga" ao caso da delação do ex-executivo da empreiteira, suspendeu tratativas de colaboração premiada "em prol da higidez do procedimento legal".

Um dos casos em que isso ocorreu foi na negociação da delação de executivos da OAS, após vazamento de suposta menção ao ministro do STF Dias Toffoli. Nos bastidores, porém, procuradores da

República destacam diferenças entre os dois episódios.

No da OAS, o acordo não havia sido firmado quando houve a suspensão das conversas. A PGR decidiu encerrar as tratativas porque a menção a Toffoli, revelada pela revista "Veja", havia sido descartada na negociação.

Além disso, no caso da Odebrecht, o documento divulgado é uma espécie de proposta do ex-executivo para selar um acordo. Ou seja, não se trata de depoimento formal, cuja fase está em andamento neste momento.

"O fracionado ou porventura lento desenrolar de referidos procedimentos pré-processuais, a supostamente envolver múltiplos agentes políticos, funciona como elemento perturbador de uma série de áreas de interesse da União", escreveu.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 DEZ 2016

'SITUAÇÃO FÁTICA'

No final do texto, ao pedir rapidez na conclusão das investigações e na homologação das delações premiadas, o presidente afirma que a celeridade é indispensável para a superação da "situação fática vivenciada pelo país" e que tem trazido prejuízos ao governo e à população.

Em sua delação premiada, o ex-vice-presidente da Odebrecht afirma que Temer atuou de forma "indireta" na arrecadação financeira do PMDB, mas teve papel "relevante" quando pediu R\$ 10 milhões a Marcelo Odebrecht para a campanha eleitoral durante jantar no Palácio do Jaburu, em maio de 2014.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), presidente do PMDB e líder do governo no Congresso, divulgou uma nota em que diz repudiar o que classificou de "vazamentos criminosos" do acordo de delação de Melo Filho.

"O PMDB sempre utilizou nas campanhas eleitorais recursos legais declarados e com prestações de contas aprovadas. O partido jamais utilizou qualquer instrumento de caixa 2 ou doações não declaradas."

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Encalacrados

13 DEZ 2016

SÃO PAULO—A recuperação econômica será mais lenta e mais sofrida do que se antecipava, e as forças políticas que sustentam o governo Temer estão entrando em colapso com a divulgação das delações premiadas da Odebrecht. O que fazer?

Nada indica que Temer vá renunciar antes de 31 de dezembro, o que levaria a uma eleição direta para presidente. Mesmo que isso ocorresse, os partidos não estão prontos para um pleito dentro de poucos meses. Eles não sabem nem mesmo que nomes poderiam lançar que não corram o risco de ser engolidos por condenações judiciais ou por denúncias capazes de inviabilizar a candidatura.

Uma renúncia de Temer a partir de 2017 ou uma destituição, por impeachment ou pelo TSE, embora não possam ser descartadas, não refrescariam muito as coisas. Qualquer dessas hipóteses levaria a uma eleição indireta feita por um Congresso no qual muitas e muitas dezenas de parlamentares —fala-se em centenas— estão sob suspeita e interessados apenas em salvar a própria pele. Não importa qual fosse o presidente escolhido nessas condições, ele já assumiria tão fraco quanto Temer.

A ideia de fazer passar uma emenda constitucional transformando o pleito indireto em direto pode até ser preferível à alternativa anterior, mas nos levaria de volta à dificuldade descrita no segundo parágrafo.

A grande verdade é que, enquanto os rolos judiciais envolvendo nossos representantes não forem pelo menos equacionados, as engrenagens do sistema político deverão ficar girando em falso, dificultando enormemente o encaminhamento das questões econômicas. Aqui, não é desprezível o risco de a recessão prolongar-se ainda mais, lançando-nos no território da depressão.

Isso nos coloca diante de um problema logístico. O que o Ministério Público e a Justiça podem fazer para dar celeridade aos casos de políticos metidos nessas denúncias todas? Volto ao assunto amanhã.

13 DEZ 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ELE MORA AO LADO

O presidente Michel Temer é hoje um dos principais adversários do Ministério Público Federal, na opinião de procuradores da Operação Lava Jato.

GÁS

Eles consideram que todas as iniciativas do Congresso Nacional que visariam cercar o trabalho do MP — como a lei de abuso de autoridade — têm o dedo do governo Temer por trás. Sem esse apoio, acreditam, os parlamentares nada fariam.

GÁS 2

Na opinião de interlocutor dos procuradores, o que eles puderem fazer para “derreter” o governo, será feito.

GÁS 3

E os depoimentos de delatores da Odebrecht devem ser agregados à ação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que investiga irregularidades na arrecadação de recursos da chapa de Dilma Rousseff e Temer na campanha de 2014. Uma condenação pode resultar até na cassação do mandato do atual presidente.

À ESPERA

A expectativa no próprio tribunal é de que o Ministério Público Federal apresente o conteúdo das delações depois que elas forem homologadas pelo ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal).

À ESPERA 2

As delações poderão ser apensadas no TSE graças à decisão do ministro Herman Benjamin, relator da ação, de somente apresentar seu voto em 2017, e não até o fim deste ano, como estava previsto. Com isso, haverá tempo para que o STF homologue as delações e para que elas sejam eventualmente usadas na ação. O adiamento ocorreu porque as perícias sobre eventuais gastos irregulares da chapa não serão concluídas até dezembro.

O AZAR

O calendário, assim, jogou contra Dilma e Temer. Até agora, o único empresário que dizia que o dinheiro dado à campanha tinha sido propina, Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez, voltou atrás. Mas agora a Odebrecht deve reavivar o assunto.

ME ESQUEÇAM

O Tribunal de Justiça de SP negou o pedido do engenheiro Gilberto Trama para que fossem retiradas do ar buscas na internet associando seu nome à “Máfia dos Fiscais”, que funcionou na cidade na gestão Celso Pitta (1997-2001). Ex-funcionário da Prefeitura, Trama chegou a ser condenado, mas teve a pena revogada por prescrição do crime.

ME ESQUEÇAM 2

O engenheiro se baseou no chamado “direito ao esquecimento” para exigir que Google, Facebook e Yahoo removessem links para reportagens publicadas sobre o caso. A decisão do tribunal, em segunda instância, considerou que as informações em questão são de interesse público e, portanto, não deveriam ser tiradas do ar.

13 DEZ 2016

FOLHA DE S. PAULO

Amigo secreto tem trapaceira paga e até briga na Justiça

ANGELA PINHO
DE SÃO PAULO

Confraternização ou cilada? Amigos secretos podem ser ocasiões tanto para trocar presentes e fortalecer amizades como para presenciar gafes e assistir ao surgimento de novos desafetos.

Para a professora da rede estadual paulista Mariana (nome fictício), nunca foram eventos festivos. “Da primeira vez que participei, meu amigo não foi”, diz ela, que prefere não ter sua identidade publicada.

O pior, no entanto, estava por vir. Foi em 2004. Naquele ano, a festa de confraternização de Natal dos professores de Botucatu foi parar na polícia. Ainda hoje, após mais de uma década de recursos, aguarda um desfecho na Justiça. A decisão final deve sair nas próximas semanas.

O processo opõe Mariana a três outros professores da cidade de Botucatu, a 230 km da capital paulista.

Segundo ela, era um “inimigo secreto”, a versão do jogo em que os participantes trocam presentes que não gostariam de ganhar, ou que façam troça do sorteado. “A gente se preocupa em levar um presente bacana, mas as pessoas passam dos limites”, lembra ela.

A professora relatou à polícia ter se sentido humilhada, no momento da revelação do sorteio, com “gestos e pa-

lavras ofensivas”. Ela se recusa a detalhar o que de tão grave aconteceu.

Convocadas à delegacia, testemunhas disseram não se lembrar do ocorrido. Os colegas denunciados por Mariana também se ressentiram.

Alegaram ter feito apenas uma brincadeira e foram à Justiça pedir indenização por danos morais por causa do inquérito policial. A reportagem não conseguiu contato com eles. A professora também pede uma indenização pelo constrangimento que diz ter passado.

Em primeira instância, os pedidos de todos eles foram negados. Há duas semanas, o processo foi disponibilizado para novo julgamento. Será analisado novamente por desembargadores.

Independente do desfecho, a professora diz que não quer mais saber de amigo secreto. “Essa festinha para mim não tem sinceridade.”

AMIGO À VENDA

Para evitar constrangimentos como esses, entre desafetos, o Amigo Secreto, site especializado na brincadeira, lançou uma nova — e controversa — funcionalidade: por até R\$ 49 é possível “comprar” um amigo secreto, ou seja, escolher quem vai tirar. Por até R\$ 29, pode-se excluir três desafetos da lista de seus possíveis sorteados.

O mecanismo foi alvo de queixas de usuários da pági-

na, que veem nele uma possibilidade de manipular a brincadeira.

O dono do site, Marcelo Abrileri, se defende e diz que é uma possibilidade de trazer para o jogo pessoas que não participariam dele para evitar tirar alguém.

Além disso, argumenta, não se trata de algo novo. “As pessoas já trocavam os papéis antes.”

Abrileri não revela números, mas diz que, pelo menos no mundo virtual, a amizade venceu o ressentimento. Segundo ele, a opção que teve mais adeptos é a que permite ao usuário pagar para escolher o seu amigo.

ETIQUETA

Consultora de etiqueta profissional, Romaly de Carvalho diz que consultas sobre amigos secretos são comuns nessa época do ano.

Para ela, planejamento é a palavra-chave da brincadeira. “O ideal é pensar em um presente personalizado e fugir de meias e agendas”, por exemplo.

Inimigos secretos, em sua avaliação, são ciladas, mas não participar pode pegar mal no ambiente de trabalho, diz: pode demonstrar falta de espírito de equipe.

Ainda assim, a regra é simples: precisa ter noção. “Presentes que remetam ao universo erótico devem ser evitados, por exemplo”, recomenda a consultora.

Em sua opinião, para evitar gafes, é preciso antes de tudo levar a brincadeira a sério. “Quem não se prepara para o futuro planta o fracasso”, filosofa.

13 DEZ 2016

BEM PARANÁ

Assembleia rejeita corte de verba de outros poderes

Deputados descartaram proposta que retirava Fundo de Participação dos Estados da base de cálculo

Da Redação

Os deputados estaduais aprovaram, ontem, em primeiro turno, o Orçamento do Paraná para 2017, rejeitando proposta do governo que retirava as verbas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo para os repasses ao Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. A medida estava prevista na proposta original de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no projeto de Orçamento apresentada pelo Executivo, mas foi alterada por emenda da Comissão de Orçamento da Casa com o apoio da liderança da bancada governista.

Caso fosse aprovada, a mudança retiraria cerca de R\$ 500 milhões do orçamento do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. A medida era defendida pelo secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, como forma de reforçar o caixa e equilibrar as contas do Executivo. Costa chegou a dizer que enquanto o Executivo sofre com a falta de recursos para investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação, os outros poderes vivem em "ilhas de prosperidade".

No Paraná, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente, distribuídos em 9,5% para o TJ; 4,1% para o MP; e

A Constituição se sobrepõe ao regimento

do presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB)

3,9% para a Assembleia e 1,9% para o Tribunal de Contas. Até 2010, as verbas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) não integravam a base de cálculo para esses repasses. A mudança foi aprovada na gestão do então governador Orlando Pessuti (PMDB) e mantida pelo atual governo.

Caso a retirada do FPE fosse aprovada, o governo deixaria de ter de repassar cerca de R\$ 459 milhões a esses poderes em 2017. O Judiciário teria o maior prejuízo com a medida, perdendo R\$ 234,4 milhões. O Ministério Público perderia outros R\$ 101,2 milhões; o Legislativo R\$ 76,5 milhões e o TCE, R\$ 46,9 milhões. A iniciativa foi rechaçada pelos parlamentares, inclusive da base do próprio governo, sob a alegação de que após a inclusão do FPE na base de cálculo dos repasses, esses órgãos contrataram pessoal para atender o aumento da demanda por serviços públicos e não teriam como reduzir esses gastos agora. Na prática, os deputados temem com-

prar briga com os outros poderes ao cortar essas verbas.

Minerpar – Os deputados também aprovaram ontem projeto do governo que prevê a extinção de órgãos como a Minerpar, o Centro de Convenções de Curitiba, a conclusão da liquidação do Banco do Desenvolvimento do Paraná (Badep), entre outras medidas que segundo o Executivo vão gerar uma economia de R\$ 175 milhões para o Estado. Também foi aprovado projeto que retira do Instituto das Águas e transfere para a Agepar a competência para regular e fiscalizar os serviços de abastecimento de água potável, esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, entre outros.

As duas propostas foram encaminhadas ao Legislativo no último dia 29, a pouco mais de duas semanas do início do recesso, com pedido de votação em regime de urgência, que encurta os prazos de tramitação. A bancada de oposição protestou, apontando que de acordo com o artigo 184 do regimento interno da Assembleia, a tramitação em regime de urgência não pode ser aplicada quando faltarem 20 dias ou menos para o término da sessão legislativa. Como a sessão legislativa deste ano se encerra no dia 18 de dezembro, somente projetos de lei apresentados até 28 de novembro poderiam tramitar em regime de urgência.

CONTINUA

13 DEZ 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traino (PSDB), rejeitou a questão de ordem levantada pelo bloco oposicionista, alegando que apesar do regimento proibir o regime de urgência em projetos nesse período de final de período legislativo, a Constituição permite ao governo usar esse dispositivo. "A Constituição se sobrepõe ao regimento", alegou o tucano.

13 DEZ 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Contrato de honorários firmado com analfabeto é anulado no TJ-RS

O contrato de prestação de serviço em que uma das partes não sabe ler, nem escrever, poderá ser assinado a rogo (ou seja, por outra pessoa, a seu pedido) e subscrito por duas testemunhas. Por isso, com base no artigo 595 do Código Civil, a 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve sentença que derrubou cobrança de honorários advocatícios contra uma mulher analfabeta que, após vencer uma demanda previdenciária, foi interdita pela Justiça. O contrato de honorários foi declarado nulo.

Com a decisão do segun-

do grau, o advogado terá de voltar à Justiça e ajuizar Ação de Arbitramento de Honorários, para que seja definido o valor dos serviços prestados à sua constituínte.

O arbitramento do quantum, feito pelo juiz, levará em conta vários aspectos: a relevância, o vulto e dificuldade da causa, o tempo e o trabalho necessários, a possibilidade de impedimento superveniente do advogado para outros processos, o valor da causa, a condição econômica da cliente, o proveito econômico da ação, o caráter da intervenção, bem como o local da prestação de serviços.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Segurada deve restituir plano de saúde após revogação de liminar

13 DEZ 2016

A reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os valores indevidamente recebidos. Esse foi o entendimento aplicado pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao determinar que uma segurada restitua à operadora de plano de saúde os valores recebidos para compra de medicamentos para tratamento de câncer.

Diagnosticada com câncer no pâncreas, em 2008, a segurada estava com o tratamento coberto pelo plano de saúde. Apesar da quimioterapia, houve progressão da doença para a região do abdome. O médico responsável receitou cinco caixas de um medicamento ao custo total de R\$ 11.460,35.

A solicitação do novo remédio foi negada pela operadora. A segurada ajuizou ação, com pedido de liminar, e o juízo de primeiro grau concedeu a antecipação de tutela para obrigar a seguradora a fornecer o medicamento. No julgamento do mérito da ação, no entanto, o juiz considerou o pedido da segurada improcedente e revogou a liminar.

A operadora recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para ser ressarcida do valor gasto com o medicamento, mas os desembargadores consideraram que a segurada havia recebido os recursos de boa-fé. A seguradora recorreu então ao STJ.

Em seu voto, a relatora, ministra Isabel Gallotti, afirmou que o caso se encaixa na orientação já firmada pelo STJ para situações que envolvem o ressarcimento de recursos previdenciários, quando a decisão liminar é revogada.

13 DEZ 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Prescrição de 3 anos vale para casos contratuais e extracontratuais

Extraordinário de uma revendedora de automóveis
que teve rescindidos contratos de vendas e serviços
com uma montadora

O prazo prescricional de três anos para a pretensão de reparação civil aplica-se tanto à responsabilidade contratual quanto à responsabilidade extracontratual. Reafirmando seu entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou Recurso Extraordinário de uma revendedora de automóveis que teve rescindidos contratos de vendas e serviços com uma montadora de veículos.

A revendedora ajuizou ação de reparação de danos alegando prejuízos causados pela fabricante por ter deixado de observar o direito de exclusividade e preferência para comercializar os veículos da marca na região de Presidente Prudente (SP).

Mas o juiz de primeiro grau reconheceu a prescrição e extinguiu a ação. O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a sentença, confirmando o prazo prescricional previsto no artigo 206, parágrafo 3º, V, do Código Civil de 2002.

Em recurso ao STJ, a revendedora alegou ser aplicável o prazo de prescrição decenal, previsto no artigo 205 do Código Civil. Isso porque, segundo a empresa, trata-se de responsabilidade civil contratual, tendo em vista que o prazo trienal seria aplicável “unicamente às hipóteses de responsabilidade ex delicto”.

O relator, ministro Marco Aurélio Bellizze, afirmou que o termo “reparação civil”, constante do artigo 206, parágrafo 3º, V, do Código Civil, deve ser interpretado de maneira ampla, alcançando tanto a responsabilidade contratual (artigos 389 a 405) como a extracontratual (artigos 927 a 954), ainda que decorrente de dano exclusivamente moral (artigo 186, parte final), e o abuso de direito (artigo 187).

JORNADA

“A prescrição das pretensões dessa natureza originadas sob a égide do novo paradigma do Código Civil de 2002 deve observar o prazo comum de três anos. Ficam ressalvadas as pretensões cujos prazos prescricionais estão estabelecidos em disposições legais especiais”, ressaltou Marco Aurélio Bellizze.

13 DEZ 2016

FOLHA DE LONDRINA

Orçamento com revogação de data-base passa em primeira votação

Curitiba - Como já era esperado, a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná aprovou ontem, em primeiro turno, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, que oficializa suspensão, por tempo indeterminado, do pagamento da data-base dos mais de 300 mil servidores públicos estaduais, entre aposentados e ativos. Foram 45 votos favoráveis e apenas quatro contrários, dos deputados Requião Filho (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Péricles de Mello (PT) e Professor Lemos (PT). A segunda e derradeira votação acontece amanhã, uma vez que o regimento interno exige um interstício de 48 horas entre uma e outra.

A oposição chegou a ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça (TJ), para garantir a reposição inflacionária do funcionalismo, entretanto, ela ainda não foi julgada. A LOA prevê uma receita total de R\$ 56,09 bilhões e despesas em igual valor. Deste montante, R\$ 3,4 bilhões serão destinados às empresas públicas: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Agência de Fomento, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BR-DE), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário

do Paraná, Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), Companhia de Saneamento (Sanepar) e Companhia de Energia (Copel).

Segundo o líder do governo, Luiz Cláudio Romaneli (PSB), o texto, resultado da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garante investimentos importantes. "Mais de 34% vai para a área de educação. Também tem recursos significativos para saúde (R\$ 4,6 bilhões) e infraestrutura, obras, setor rodoviário e, claro, um incremento nos gastos com pessoal de R\$ 1,4 bilhão, para podermos efetuar a implantação das promoções e progressões em janeiro integralmente e os valores atrasados", afirmou. "É um orçamento importante, na medida em que vivemos uma crise. O Paraná está com as contas equilibradas e pagando em dia, ao contrário dos outros Estados", completou.

"No ano passado, foi feito um grande acordo para garantir no orçamento o pagamento do reajuste do funcionalismo, referente à reposição da inflação dos anos de 2015, 2016 e 2017 e, neste ano, o governo resolveu não cumprir com este acordo. Como está em

trâmite um processo judicial contra o calote, vamos votar contra a LOA", disse o deputado Tadeu Veneri (PT). Durante a sessão, ele chegou a chamar Romaneli de "brincalhão". "Que existem problemas generalizados no País é verdade. Mas nenhum outro Estado fez o arrocho que o Paraná fez." (M.F.R.)

13 DEZ 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Moro recebe denúncia

O juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, recebeu denúncia contra o ex-deputado federal André Vargas e outras três pessoas no âmbito da Operação Lava Jato. A denúncia foi oferecida pela força-tarefa da operação no Ministério Público Federal (MPF). Segundo a força-tarefa, o ex-deputado "teria se utilizado indevidamente de sua influência política" junto a funcionários da Caixa Econômica Federal, no final de 2013. O objetivo era a contratação da empresa IT7 Sistemas Ltda, pertencente a Marcelo Simões, para prestar serviços de informática e fornecer programas de computador para uso do banco.

R\$ 2,4 mi em propina

O MPF afirma que a IT7 Sistemas teria pago propina de quase R\$ 2,4 milhões a André Vargas e ao irmão Leon Vargas, com a intermediação de Youssef. O contrato com a Caixa rendeu à empresa de informática o valor de R\$ 71,3 milhões. Além disso, segundo a força-tarefa, a propina teria sido recebida "de forma dissimulada" a partir de notas fiscais emitidas por empresas vinculadas à contadora Meire Poza, que trabalhou para o doleiro.

Mais três réus

Marcelo Simões, Leon Vargas e Meire Poza foram citados na mesma denúncia pelo MPF e também são réus da ação penal. Os quatro denunciados vão responder pelo crime de lavagem de dinheiro. No ano passado, o ex-deputado André Vargas foi condenado a 14 anos e quatro meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro (cumpre a pena no Complexo Médico-Penal em Pinhais). O motivo foi outro contrato da Caixa Econômica Federal, daquela vez com a empresa Borghi Lowe Propaganda e Marketing.

JORNAL DO ÔNIBUS

13 DEZ 2016



Da esquerda para a direita: Clèmerson Clève, Gilmar Mendes e Flávio Pansieri

Clèmerson Clève participa de aula magna com Mendes



O presidente do Complexo de Ensino Superior do Brasil, professor Doutor Clèmerson Merlin Clève, esteve presente na aula magna com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, realizada ontem em Curitiba.

Promovido pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), o evento contou também com o lançamento do livro "Conselho Nacional de Justiça, fundamentos, processo e gestão", da Editora Saraiva. Aberto ao público, a solenidade foi realizada no auditório da ABDConst, no centro de Curitiba. ●

13 DEZ 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Mais de R\$ 1 bilhão em precatórios serão pagos na região Sul

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) divulgou ontem (12) que o pagamento de precatórios de natureza comum de 2016, autuados entre 2 de julho de 2014 e 1º de julho de 2015, e também os precatórios parcelados das propostas orçamentárias de 2007 a 2011, devidos pela União, autarquias e fundações federais estarão disponíveis para seus beneficiários no dia 14 de dezembro. Ao todo, serão pagos mais de R\$ 1 bilhão em precatórios para beneficiários nos três estados da Região Sul do país.

Em relação aos precatórios comuns 2016, no Paraná, serão disponibilizados 439 precatórios para 509 benefi-

ciários, num total de R\$ 234 milhões. Em Santa Catarina, 214 precatórios serão pagos a 245 beneficiários, somando R\$267 milhões. Para o Rio Grande do Sul, 943 precatórios serão disponibilizados para 1.300 beneficiários, em um total de R\$ 314 milhões.

Já sobre os precatórios parcelados, no Paraná, estão sendo disponibilizados 136 precatórios para 165 beneficiários, num total de R\$ 143 milhões. Em Santa Catarina, 102 precatórios serão pagos a 117 beneficiários, disponibilizando R\$ 55 mil. Para o Rio Grande do Sul, 158 precatórios serão disponibilizados para 177 beneficiários, em um total de R\$ 143 milhões. ●

Moro bate boca com advogado de Lula



O juiz federal Sérgio Moro, da Justiça Federal em Curitiba, voltou ontem a bater boca com um dos advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante audiência da ação penal na qual Lula é réu. Durante a oitiva de uma funcionária da empreiteira OAS, Moro chegou a gritar com o defensor Juarez Cirino após várias interrupções. "Respeite o juízo!", disse Moro.

O bate-boca começou após uma pergunta feita por um procurador da República à funcionária Marilza Marques, responsável pela área de atendimento da empreiteira e que acompanhou as visitas no apartamento triplex em Guarujá (SP), imóvel investigado na Operação Lava Jato. Marilza disse que mulher de Lula, a ex-primeira-dama Marisa Leticia, era apresentada como "se o imóvel já tivesse sido destinado". ●

13 DEZ 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

IRRITADO

O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, irritou-se ontem durante audiência do processo penal contra o ex-presidente Lula por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do apartamento triplex do Guarujá. Durante o depoimento de Mariuza Aparecida Marques, funcionária da empreiteira OAS encarregada pela supervisão do prédio do Guarujá, o magistrado e um dos defensores de Lula, advogado Juarez Cirino dos Santos, entraram em atrito. Aos berros, Moro mandou que o advogado o respeitasse. Cirino havia dito que o juiz atua como 'acusador principal'. O procurador da República insistiu na pergunta a Mariuza sobre uma visita da mulher do ex-presidente, Marisa - também ré no processo - ao imóvel do Condomínio Solaris, no litoral paulista.

DESPONTANDO

O juiz federal Sergio Moro, responsável pelas ações da Lava Jato em primeira instância, só perde para o ex-presidente Lula (PT), réu em processo penal derivado da operação, em um cenário da corrida presidencial de 2018. De acordo com a pesquisa do Datafolha, o petista ganha um quarto cenário, que envolve três candidatos do PSDB, com 24% das intenções de voto, contra 11% de Marina Silva (Rede) e Sergio Moro. Esse cenário reúne os tucanos Aécio Neves, Geraldo Alckmin e José Serra na mesma relação. Todos eles já foram citados em vazamentos de delação premiada da Operação Lava Jato.

METRO 13 DEZ 2016

Tribunal oferece 45 vagas para analistas

Estão abertas até quinta-feira (15 de dezembro) as inscrições para o concurso do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná). São 45 vagas para o cargo de analista judiciário: 30 delas para a área de graduação em serviço social e 15 para psicologia, com exigência de formação superior na área. O salário da carreira é de R\$ 7.188,48, mais auxílio alimentação e auxílio saúde.

As inscrições são pelo site do TJPR - <https://concursos.tjpr.jus.br> e a taxa de inscrição é de R\$ 130,00. As datas das provas ainda não foram divulgadas.

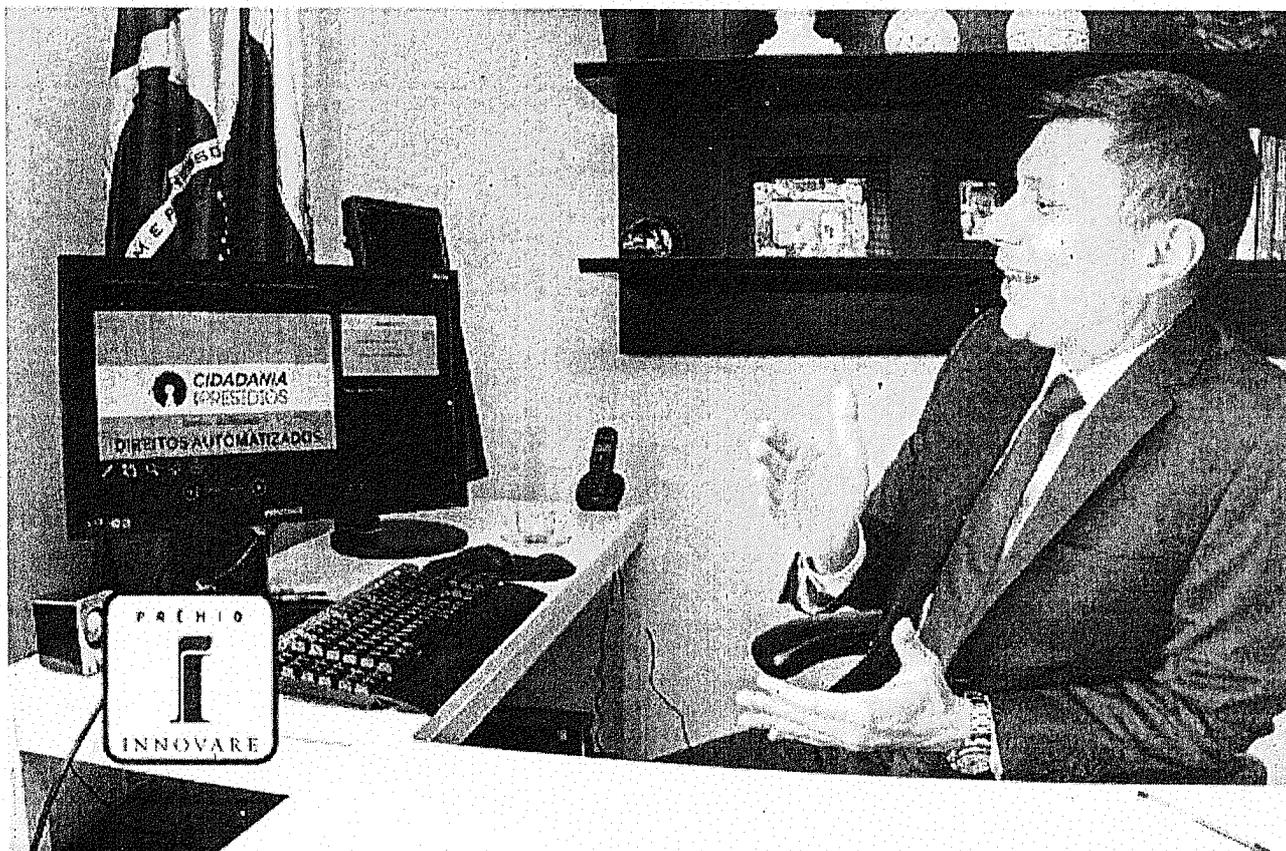
● **METRO CURITIBA**

CNJ 12 DEZ 2016

Vencedor do Innovare evita cumprimento de pena além do necessário

Agência CNJ de Notícias

12/12/2016 - 11h27



O projeto vencedor da categoria “Juiz” no 13º Prêmio Innovare deste ano vem conseguindo evitar que presos fiquem encarcerados por mais tempo que o definido pela Justiça. O projeto, intitulado

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CNJ 12 DEZ 2016

“Otimização Eletrônica de Benefícios de Execução Penal”, maximiza o potencial do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), para a concessão de benefícios aos presos, como progressões de regime e livramentos condicionais.

Desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), o SEEU é um sistema de gestão e acompanhamento dos processos de execução penal, instalado inicialmente no TJPR, e difundido depois para outros estados com apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em maio, o CNJ editou a Resolução nº 223, adotando o sistema como padrão para o processamento de informações e prática de atos relativos à execução penal no país.

Segundo o coordenador do projeto no tribunal, Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, titular da 1ª Vara de Execução Penal de Curitiba/PR, a iniciativa surgiu após ele constatar que, apesar de os processos no TJPR já tramitarem em formato digital, o sistema ainda vinha sendo operado da

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CNJ 12 DEZ 2016

mesma forma utilizada quando os processos chegaram em meio físico.

Com o uso da tecnologia, o projeto inverteu a lógica usada na tramitação dos processos, calculando prazos e notificando automaticamente o juiz e os servidores da vara sobre quais detentos terão direito a benefícios nos próximos 30 dias. Dessa forma, os procedimentos burocráticos necessários à concessão do benefício podem ser preparados com antecedência, sendo este concedido na data a que o preso tem direito.

Eduardo Lino explicou que cinco dias antes da data em que o direito é adquirido, são juntados os documentos necessários e é dado prazo simultâneo para a manifestação do Ministério Público e da Defensoria Pública, o que só é possível com a tramitação eletrônica. “O processo eletrônico fica, então, à disposição das partes para consulta e, não havendo impugnação, aquele direito é imediatamente realizado”, disse.

Com a redução dos trâmites burocráticos, a concessão de benefícios ganhou agilidade.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CNJ 12 DEZ 2016

Além do ganho de eficiência e agilidade, o projeto contribui com a redução da população carcerária, pois o fluxo constante, prévio e automático de concessão de benefícios evita que detentos permaneçam encarcerados aguardando a realização dos procedimentos burocráticos necessários à sua liberação.

“Além de atender às normas internacionais de direitos humanos, que estabelecem que as pessoas não podem ficar presas além do tempo estipulado, os sentenciados podem organizar sua saída junto aos familiares e empregadores, o sistema estatal de acolhimento social pode se adiantar à saída do sentenciado, providenciando documentação, trabalho e estudo, a superlotação foi minimizada e o serviço cartorial da vara foi racionalizado, aumentando sua qualidade e eficiência”, disse o coordenador.

Em dez meses de funcionamento, 685 direitos foram concedidos e 10 foram impugnados. Além disso, 3.425 atos

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CNJ 12 DEZ 2016

burocráticos puderam ser evitados. No final de agosto desse ano, o projeto foi implantado na Vara de Execuções Penais de Foz do Iguaçu. Na época, 600 pedidos de concessão de benefícios aguardavam análise. Atualmente há menos de 40 incidentes esperando julgamento.

Agência CNJ de Notícias